

TRABALHO, CIDADE E O COMÉRCIO DE ALIMENTOS EM FORTALEZA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.

Priscilla Régis Cunha de Queiroz¹

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é perceber a circulação de trabalhadores e consumidores de alimentos que atuavam dentro do perímetro urbano da capital cearense e demonstrar a existência de uma dinâmica urbana promovida pela ação desses sujeitos em um contexto de transformações na capital cearense no final do século XIX. Para compreender esse processo, utilizei uma gama variada de documentos como, por exemplo, os almanaques da cidade, obras literárias e documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Ceará. Assim, foi possível acompanhar a forma como o comércio na cidade de Fortaleza envolveu, na virada do século XIX para o XX, um considerável volume de atividades mercantis em que convergiam produtores, intermediários e consumidores.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores; cidade; comércio.

ABSTRACT

The objective of this study is to observe the movement of workers and food consumers who worked within the city of Fortaleza and demonstrate the existence of a urban dynamic promoted by the action of these subjects in context of the changes in Fortaleza at the end of the century XIX. To understand this process, I used a wide range of documents, for instance, almanacs city, literary works, official documentation available from the Public Archives of the State of Ceará. Thus, it was possible to follow how the commerce in the city of Fortaleza comprised, at the turn of the XIX to the XX century, in a considerable amount of commercial activities that converged producers, intermediaries and consumers.

KEYWORDS: workers; city; commerce.

O caminho que me levou à problemática sobre o trabalho e o comércio na cidade de Fortaleza começou com as pesquisas no Arquivo Público do Estado do Ceará, especificamente, o Fundo da Câmara Municipal. Na análise das fontes, deparei-me com a recorrência de pedidos de auxílio de guardas-civis na fiscalização das ruas da cidade; o problema era a venda ilegal de gêneros alimentícios.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará, professora do curso de bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri - UFCA. E-mail: priscilla.queiroz@cariri.ufc.br

Percebe-se, no documento, a necessidade da presença de guardas para acompanhar o trabalho dos fiscais, fato que aponta para o cotidiano conflituoso da venda de alimentos pelas ruas da Capital. A partir disso, algumas perguntas surgiram: Quem eram os sujeitos que se dedicavam a esse comércio, inclusive, por meio da venda ambulante? Quais os significados dessas práticas e procedimentos para a vida na cidade? Qual a motivação dessa ação fiscalizadora? O que o pedido de apoio das forças públicas de coerção significou no período? Quem reagia à fiscalização? O que significou instituir o Mercado Público como local oficial de venda?

A partir de questões como essas, um objeto de estudo foi tomando forma. Em um primeiro momento, me dediquei ao estudo do cotidiano dos trabalhadores ambulantes de carne que percorriam a cidade, mas, ao longo do percurso de pesquisa e das leituras, percebi que esses vendedores ambulantes faziam parte de um comércio maior que envolveu outros tantos trabalhadores e muitas outras faces da cidade.

No decorrer da pesquisa, no Arquivo Público e em outros locais de guarda de documentos, ao analisar fontes de naturezas diversas, percebi que, durante várias décadas, várias formas de produção e comércio de alimentos conviveram e influenciaram-se mutuamente na capital do Ceará, em um movimento, dificilmente, apreendido entre marcos temporais, rigidamente, estabelecidos – com dia ou ano específicos. E, para centrar a análise nas interações de ordens diversas, passei, então, a dedicar-me ao estudo da produção e do comércio de alimentos em uma perspectiva maior e mais fluida, estabelecendo o período na virada do século XIX para o XX.

Concentrei a pesquisa documental, sobretudo, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Com base na análise de diversas fontes e leituras, percebi que, neste período, havia um projeto de transformação de Fortaleza, implementado por determinados grupos de poder político e econômico, influenciando também no cotidiano do comércio e da produção de alimentos.²

A intenção é perceber a circulação dos trabalhadores e consumidores dentro do perímetro urbano da capital cearense, demonstrando que parte desse abastecimento

² Com a chegada de comerciantes e investidores de países estrangeiros e de outros municípios do Estado, houve um significativo aumento no fluxo de comércio na cidade, propiciando a formação de uma nova classe social burguesa. Esse novo segmento, formado por comerciantes e profissionais liberais detentores de forte influência e poder econômico, formou uma nova elite que buscava mostrar-se distinta das classes sociais mais baixas. Segundo levantamento do Almanach do Estado para o ano de 1899, só na capital do Ceará, existia dezesseis escritórios de firmas exportadoras dispostas, principalmente, na Praça do Ferreira e nas ruas Major Facundo e Formosa, além de mais de cem importadores distribuídos nas mesmas ruas. Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará – (IHC). Cf: **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1889.**

continuava sendo viabilizado pela permanência de culturas de legumes, verduras e frutas, e pelo trabalho de criação de animais de pequeno e médio porte, bem como pelas atividades de pescadores.

Desse modo, neste estudo, primei por estabelecer relações entre o dia-a-dia dos sujeitos envolvidos na produção e comércio de alimentos e as relações sociais que se construía na cidade em um período marcado pelas relações de trabalho urbano estabelecidas depois da abolição da escravidão, bem como pelo início do regime Republicano no Brasil. Busquei ainda compreender como esses fatores, somados a um momento de transformação e regulação das condutas e dos espaços na cidade, influíam na vida e no trabalho dos envolvidos na venda e na produção de alimentos e, dessa forma, compreender a experiência desses sujeitos e a vida na cidade.

A cidade e suas facetas.

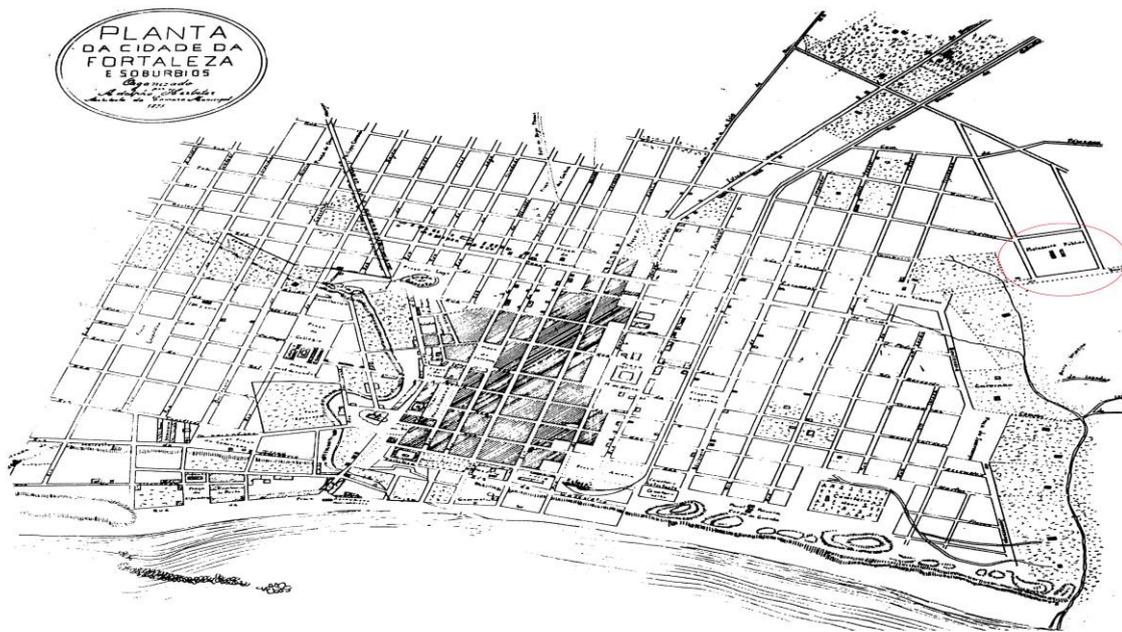
Na virada do século XIX para o XX com situações sociais e econômicas difíceis, como as seguidas secas enfrentadas em 1877-1879, 1888 e 1900, e com a existência da oligarquia política regida pelo comendador Antonio Pinto Nogueira Accioly, as contradições sociais bateram à porta e, associadas aos períodos de seca, ao esgotamento do solo, a pouca renovação de técnicas agrícolas e a redução do rendimento do minifúndio, famílias inteiras foram empurradas para a vida na capital em um processo lento, que se estendeu ao longo de várias décadas.

Neste momento, a expansão urbana efetiva, provocada, essencialmente, pelo crescimento econômico e demográfico, deu o tom das mudanças na estrutura da cidade influenciou, naturalmente, no transporte de pessoas, de mercadorias e nas atividades comerciais e, de forma geral, na apreensão da cidade por parte de seus habitantes. Não existiam muitos empregos nem infraestrutura urbana suficiente para atender o enorme contingente que se deslocava para a capital, situação que favoreceu o surgimento de moradias precárias em terrenos públicos desocupados.

No final do século XIX, portanto, a cidade modifica-se, recebendo contornos mais complexos na medida em que se torna, progressivamente, um sistema de representações. Isso pode ser visto, por exemplo, na imagem panorâmica da cidade produzida por meio das plantas cartográficas, como a Planta da Cidade, por Adolpho Hebster, de 1875. Tal imagem permite um ângulo renovado de aproximação com o todo

urbano, gradualmente, perdido diante da ampliação do perímetro central da cidade, contribuindo para a elaboração e a difusão da categoria “cidade”, amplamente, relacionada com as formas idealizadas com base em pressupostos técnicos e modernizantes. As feições da urbe transformam-se ao longo das décadas, conservando, porém, a despeito dos planejamentos, seu caráter complexo, fluido e conflituoso.

FIGURA 1 - Planta de Fortaleza de 1875 produzida por Adolfo Herbster.



Fonte: Adaptação da Planta da cidade de Fortaleza de 1875, em exposição, no Museu do Ceará.

A cidade como panorama é, pois, característica da cidade moderna. As apreensões da urbe por parte de seus habitantes, estrangeiros, futuras gerações e estudiosos dão-se a partir de experiências diversas, produzidas pelas práticas sociais e por toda a atuação de um complexo campo de forças no tempo. Cabe compreender essa nova sensibilidade de apreensão do urbano com base no cotidiano de seus habitantes, grande parte ocupando-se dos trabalhos na cidade.

Segundo Stella Brescianne (2007), nos dois últimos séculos, imagens e representações sobre as cidades foram elaboradas, conduzindo a avaliações positivas e negativas. Alguns estudiosos e observadores identificaram, nas cidades em crescimento, no século XIX, a criação e a ampliação das desigualdades sociais, pensamento reiterado durante a virada do século XIX para o XX. Diante das estruturas urbanas, vertiginosamente, ampliadas e organizadas, a cidade é entendida como *habitat* natural

da civilidade e da produção, mas também palco da pobreza urbana e das posturas individualizadas, favorecendo as imagens da cidade em contraste com as representações difundidas sobre a vida rural idealizada.

A autora comenta ainda a existência de uma “estreita relação entre a representação intelectualizada da vida urbana e a percepção da cidade pelas pessoas cultas”. (BRESCIANNI, 2007. P. 240) Essas explicações teriam, então, um importante papel na elaboração das interpretações harmoniosas que, desenvolvidas em termos racionalistas, traduziriam a vida nas cidades. São obras que tratam da vida urbana ou têm a cidade como pano de fundo, acumulando diversas avaliações sobre a condição de vida nas cidades e oferecendo material considerável para as análises dos efeitos do processo de crescimento urbano na vida das populações de tempos e locais diferentes.

A análise das crônicas, por exemplo, nos permite compreender como as memórias sobre a cidade constituíam-se no final do século XIX e quais os seus significados. Nas obras selecionadas para esta pesquisa, temos elementos importantes para a compreensão do comércio itinerante de alimentos na cidade, do cotidiano dos trabalhadores urbanos, dos aspectos físicos da cidade, bem como da construção de representações elaboradas sobre eles.

Sobre a circulação dos vendedores na cidade, mas também sobre o consumo de alimentos, o escritor Eduardo Campos, lembrando seus tempos de menino na Fortaleza do início do século XX, aponta que o cardápio das famílias na capital ia de carne a peixe. A venda do pescado acontecia por toda parte, no mercado, na beira da praia e na rua, provavelmente pelos próprios pescadores:

...peixe comprado à porta e viscerado à beira da calçada, a vizinhança inteira sabendo que íamos comer cavala. Ao acompanhamento, pirão bem temperado [...] postas grandes, cozinhadas em azeite “Galo”, só para amolecer. (CAMPOS, 1998, P. 32)

O peixe era importante na dieta da cidade, não sendo somente obtido do mar, mas em rios e lagoas. Municípios como Iguatu eram fornecedores de peixe, abundando ali os currais de pescarias assentados no rio Jaguaribe. Os cursos d’água, na proximidade da capital, também eram muitos. Segundo Eduardo Campos, no Cocó, por exemplo, predominava a piraima, espécie de tainha muito procurada. “As piabas eram fartas, crescidas de três polegadas. Tinha-se mais o jacundá, a traíra,.. valendo mencionar-se o baiacu, peixe pequeno e de artes malignas”. (CAMPOS, 1988, P. 42)

A partir de relatos como este, percebemos a circulação dos trabalhadores que tinha a pesca como ocupação, de certo, os rios que cruzaram a Fortaleza no período abordado eram parte integrante da paisagem da cidade, da vida cotidiana e do trabalho de homens e mulheres na urbe. Nesse sentido, vale lembrar que, como aponta Gandara (2010, p. 19), os rios não podem ser tomados como simples “suportes físicos”, o rio é paisagem. Um lugar onde as pessoas se conectam com os mistérios da natureza, “a categoria rio representa um sistema, indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e pessoas. Eles têm história”.

O lago do Cauhipe, por exemplo, é indicado como de “uma fertilidade espantosa”, por José Pinheiro em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará, pois, em suas margens, cultivavam-se alimentos diversos que “alimentava fartamente todos os habitantes do município de legumes, peixes e fructas que faziam também grande commercio de exportação”. Um trabalho de cultivo que alavancou uma produção de alimentos que segundo o autor, “zombava, portanto, das secas”. José Pinheiro continua:

Era invencível a abundancia de peixes de varias espécies: saborosas curimatã [...] como também as plantações de mandiocas, melões, abobaras, melancias. Suas margens podiam [...] ser aproveitadas vantajosamente para diversas espécies de lavoura. (PINHEIRO, 1902, P. 85)

O cultivo dessas lavouras, mencionadas por Pinheiro, era realizado em Fortaleza e em suas áreas circunvizinhas por um grupo de trabalhadores que só na capital somavam, segundo o Arrolamento de 1887, noventa e três homens identificados como lavradores e agricultores, a maioria, entre 20 e 40 anos, grande parte com família constituída. Suas residências situavam-se, em maior número, na Estrada do Cocó e no Arraial da Aldeota. No entanto, também ocupavam habitações na Rua da Glória, Rua Senador Pompeu e Rua Formosa. Um desses lavradores era Manuel dos Santos, 42 anos, que dividia uma casa na Boulevard Visconde do Rio Branco com sua mulher, e os três filhos; família numerosa, que provavelmente dividia as responsabilidades da casa entre todos e, quem sabe, assim como no costume do campo, o núcleo familiar se revezava nas atividades da lavoura. Por meio do trabalho, eles e tantos outros viabilizaram uma produção local diária empregada no sustento das famílias com possível excedente disponibilizados em uma venda local.

Assim, ao invés de tomarmos a cidade e sua paisagem como categorias estáveis e universais, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizá-las, percebê-las como organismos sociais. Nesse sentido, entendemos que a cidade e suas paisagens não se estruturam somente por meio de sua materialidade e de um trato silencioso que intervém no espaço; existe um processo paralelo de construção urbana forjada pelas pessoas que por ela passam ou que nela residem.

O movimento, os sons, enfim, a vida daqueles que negociam constantemente com as pressões da vida cotidiana imprimem marcas específicas na cidade, mesmo diante da existência de um poder público que planeja e divide o complexo espaço urbano. Traçados, nomenclaturas e numerações oficiais, de fato, produzem o registros de seus feitos, dando a conhecer um território imaginado e idealizado que, no entanto, é cotidianamente renegociado por homens e mulheres que buscam na cidade e nas ruas a sobrevivência e muito mais.

Os *immensos* vendedores.

No ofício de 25 de setembro de 1906, endereçado ao Presidente do Estado Antonio Pinto Nogueira Accioly, acompanhamos a permanência da ação dos vendedores ambulantes de carne verde na cidade de Fortaleza e o uso da força física como reação a fiscalização cada vez mais presente:

[...] por toda a cidade, com violação patente da lei municipal, por cujo cumprimento cabe também velar a força pública, a cada passo se encontra vendedores ambulantes de carne de gado, sem que tenham satisfeito as exigências legais, procurando ao contrário subtraírem-se à ação fiscal com o emprego de meios violentos, que por seu turno reclamam a coerção da força pública³.

A solicitação de guardas para o cumprimento das normas de comercialização e de higiene se faz presente no ofício citado. Diante da resistência, o conflito diário muitas vezes se transformava em embate físico. Sujeitos pobres e desqualificados socialmente insistiam no mercado ilegal de gêneros e rompiam com os limites impostos, buscando, assim, sobreviver à carestia. A violência somada à venda itinerante e à reutilização dos espaços da cidade pode ser problematizada enquanto possível tática

³ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) - Fundo: Câmaras Municipais, Série: Correspondências expedidas, Local: Fortaleza. Ofício endereçado ao Presidente da Província enviado pela Câmara Municipal de Fortaleza no dia 25 de Setembro de 1906.

empregada pelo grupo de sujeitos envolvidos na atividade ambulante e irregular. Situações adversas permeavam o cotidiano desses sujeitos e, porque não dizer, da cidade.

Diante da presença marcante dos ambulantes da carne em Fortaleza, observamos a preocupação do então Intendente Municipal Guilherme César da Rocha que, em ofício endereçado ao Presidente da Província Nogueira Accioly, informou sobre os problemas em conter a venda irregular, que fugia dos padrões estabelecidos pelos códigos de postura municipais e iam de encontro aos interesses do governo:

Lutando com sérias dificuldades os fiscais deste município para cumprirem os artigos 33 e 34 do código de posturas referente ao consumo de carne verde, que está fazendo nas ruas vindo de pontos e lugares desconhecidos e por imensos vendedores [sic], prejudicando os respectivos interesses econômicos e sobretudo os higienicos[sic], por falta absoluta de verificação médica [...] ⁴

Nesse ofício fica clara a intenção de uma fiscalização efetiva que fizesse cumprir os códigos de postura municipal. Os artigos citados pelo Intendente, referentes ao consumo da carne verde ou carne fresca, eram elaborados de acordo com postulados do saber médico, que coadunava com as transformações urbanas, influenciando no estabelecimento de normas que regiam as práticas de comércio e a conduta dos habitantes das grandes cidades.

As implicações da inspeção pública ao comércio informal de gêneros realizado por vendedores e vendedoras de carne em Fortaleza podem ser percebidas por meio da análise de obras da época, como o livro *Libertação do Ceará*, de Rodolpho Theophilo. O autor, crítico declarado do governo accioly, acrescenta na sua narração denúncias acerca da ligação direta entre a fiscalização realizada de modo violento ao trabalho ambulante e a administração municipal e estadual. Segundo o autor, a fiscalização era desempenhada por “salteadores, pagos pelos cofres públicos, em desfilada pelas estradas dando caça aos vendedores de carne [...] Não era só pelos subúrbios que andavam estes malfeitores. Passavam pelas ruas mais publicas da cidade” (THEOPHILO, 2001, P. 62-63).

Em meados do século XIX, a comercialização de gêneros alimentícios em Fortaleza ficou mais complexa. Os conflitos em torno da comercialização foram se intensificando na medida em que os poderes públicos, junto às elites da cidade,

⁴ APEC - Fundo da Câmara Municipal. Ofício da Intendência Municipal de 15 de julho de 1905.

promoveram discursos e ações com o intuito de regular e tirar proveito da venda de gêneros alimentícios na capital. Médicos e sanitaristas cobravam da Intendência Municipal, órgão responsável pela fiscalização do comércio de alimentos, locais adequados para o manejo e a venda de verduras, de frutas e de carne. Assim, praças e feiras livres perdiam, aos poucos, o *status* de local de venda de alimentos para açougues legalizados e para o próprio Mercado Público⁵. No entanto, o desmonte de práticas específicas de venda informal e de condutas sociais não se deu de forma passiva e harmoniosa.

De acordo com Raimundo de Menezes, vendedores ambulantes de carne vinham de Mecejana e de Porangaba contribuindo para as atividades da “Feira Nova” e, assim, para o abastecimento de gêneros alimentícios em Fortaleza. Estes comerciantes não se limitavam à venda nos arrebaldes. Nas ruas centrais, ofereciam sua mercadoria a qualquer um que, diante do abastecimento incipiente e das altas de preço da carne no mercado, quisesse comprar. Podemos inferir que a carne picada e ilegal possuía freguesia ampla. Por meio desse comércio forjavam-se relações estabelecidas no pechinchar do preço, nos questionamentos quanto à procedência e à qualidade da carne, construía-se laços de sociabilidade e também disputas.

A normatização perpassa o cotidiano desses trabalhadores ambulantes que tentavam escapar ao pagamento dos impostos e à inspeção sanitária, buscando manter-se no comércio itinerante. O artigo 125 do Código de Posturas Municipais de 1879 estabelecia em seu inciso primeiro a multa de trezentos e vinte reis por cada vez que tenha entrado na cidade de forma ilegal, e no quinto quarenta reis por tabuleiro, cesta, caixa, cuia que estacionar e vender gêneros⁶. A fiscalização a esse tipo de atividade, comum na dinâmica social e no abastecimento do período, passa a ser mais rigorosa no início do século XX; no entanto, as ações normatizadoras acabavam esbarrando na prática persistente dos trabalhadores do comércio informal de gêneros.

Segundo Eni de Mesquita, com base no censo de 1872, a cidade de Fortaleza possuía mais de 20.000 habitantes e, após a seca que durou de 1877 a 1879, atingiu, segundo os dados censitários de dezembro de 1878, 48.369 habitantes, resultando em um crescimento populacional de 141% em um intervalo de apenas seis anos. (SAMARA E SOUSA, 2007, p. 56). Quando as contradições sociais bateram à porta,

⁵ Sua construção, iniciada no governo de Bezerril Fontenele (1892-96), foi concluída durante o governo municipal de Guilherme Rocha, em 1897, na gestão de Accioly (1886-1912).

⁶ Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) - Código de Posturas Municipal – 1879.

associadas aos períodos de seca, pequenos proprietários e mesmo os que assumiram a condição de libertos no pós-abolição, pressionados a sair do campo em favor da grande propriedade ou empurrados para cidades maiores em função da redução do rendimento do minifúndio, estabeleceram marcha em direção a Fortaleza em um processo lento, que se estendeu ao longo de várias décadas. E, inserindo-se nos espaços da capital, estes sujeitos adentraram também às novas lógicas do mercado de trabalho urbano.⁷

Esses sujeitos passaram a se dedicar a atividades variadas, que iam desde trabalhos artesanais e biscates urbanos até ocupações na rede de comércio e serviços, que ganhava força na virada do século XIX para o XX. Porém, a exemplo de parte dos moradores já estabelecidos na cidade, muitos sujeitos seguiram como lavradores, agricultores e pescadores e na capital cearense e em suas proximidades se estabeleceram em pequenos sítios ou mesmo se utilizando de áreas verdes da urbe, desenvolvendo suas atividades de produção de alimentos.

Acreditamos que esses trabalhadores, muitos oriundos de regiões de lavoura do interior do estado, remanejavam saberes adquiridos no trabalho nas fazendas e sítios e, decerto, davam novo formato às suas práticas diante das diferentes condições urbanas da capital onde continuavam exercendo seu ofício relacionado à produção de alimentos. Desse modo, adaptavam e repassavam sabedorias e artes que circulavam ao longo do tempo, assumindo, evidentemente, novos contornos, sobretudo, diante das transformações da paisagem da cidade e nas mudanças acerca do entendimento sobre qual era o modo correto e mais bem-sucedido para produzir alimentos.

Diante da tentativa de dar contornos claros a indivíduos, historicamente, silenciados, é necessário manter-se sempre alerta, de olhos bem abertos, para possíveis vestígios que nos deem informações sobre os vendedores e negociantes de Fortaleza no período que corresponde ao final do século XIX e início do século XX e, assim, problematizar vários aspectos da sociedade do período.

Esse esforço aparece, como uma via legítima de luta contra os estereótipos que desqualificam os trabalhadores e, assim, como lembra a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias: “novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microssocial do

⁷ Mesmo que parte significativa tenha migrado para novas áreas rurais - expandindo a produção agrícola de alimentos no estado em áreas como a Serra de Baturité, a maioria do contingente seguiu para Fortaleza. Pelos caminhos das estradas de ferro, os retirantes chegavam para tentar a sorte na capital. A população crescia e suas necessidades de consumo também, inclusive, pelos mesmos caminhos, de trem, embarcava a produção das serras de Maranguape, Baturité e Pacatuba, que superavam em quantidade os produtos oriundos de Aquiraz, Cascavel e Pacajus.

quotidiano” (DIAS, 1995, P.14). Essa história é comprometida com o exame de conflitos no interior das dinâmicas sociais e com a problematização dos sujeitos silenciados no conjunto das relações de poder. Dessa forma, esmiúça mediações sociais, abordando o contexto mais amplo da sociedade em que viveram esses sujeitos históricos.

No artigo intitulado *História Cultural e História Social*, a historiadora Silvia Hunold Lara afirma que o uso de conceitos polarizados que separam economia e cultura ou cultura e sociedade é um dos principais problemas que atravancam a aproximação entre a história social e a história cultural. Nesse sentido, observamos que, em história social, podemos, por meio de análises que aproximam aspectos diversos da experiência humana, explicar relações mais amplas. Acreditamos que privilegiar a análise de conflitos que se cruzam e expressam-se nas tramas sociais possibilita uma proximidade entre os debates da História Social e da História Cultural:

Homens e mulheres experimentam identidades e diferenças ao longo de suas vidas. Compartilham interesses e ou lutam contra inimigos comuns, pensam sobre isso e consideram suas estratégias a partir de certos valores, herdados ou construídos. A experiência não pertence a história social ou à História cultural, mas interliga necessariamente as duas abordagens. (LARA, 2001. P.27).

As informações sobre o processo de configuração do comércio e da produção de gêneros na capital, bem como dos sujeitos históricos envolvidos neles, são fragmentadas e dispersas. No entanto, as dificuldades não devem minar a tentativa de reconstruir papéis sociais, historicamente, marginalizados, como é o caso dos indivíduos que se dedicavam ao trabalho no comércio de alimentos. Assim, concluímos que estes trabalhadores marcaram sua presença na capital fazendo-se parte da cidade.

A conduta aceita para eles não é mais aquela marcada pela ruralidade, mas uma postura urbana admitida para a cidade, ou seja, dentro dos parâmetros de comportamento, higiene e organização. Porém a cidade que crescia e organizava seu núcleo urbano, também se transformou para incluí-los durante um processo nada harmonioso. Sentidos e experiências se misturavam em um crescente perfil urbano pouco compreensível se desassociado da natureza.

Aqui, tratamos do estudo da relação entre os homens, especificamente aqueles que se dedicavam a pequena produção de alimentos, e a paisagem da cidade de Fortaleza que, estando em constante transformação, passou, no final do século XIX para

o XX, por mudanças físicas e de significados expressos no aterramento de rios e na retirada de matas para construção de estradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do estado do Ceará, 1899.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 42.

_____. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*. **Projeto História**, São Paulo: Educ, nº 17, 1998.

_____. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba. Cidades-beiras: (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979. 2ª edição.

LARA, Silvia Hunold. *História Cultural e História Social*. In: **Revista Diálogos**. Revista do Departamento de História, da Universidade Estadual de Maringá, n. 1, Vol. 1, 1997.

MARTINS, Ana Luiza Rios. **Práticas Urbanas na escrita memorialista do fim do século XIX e início do XX na cidade de Fortaleza – CE**. HISTORIEN - REVISTA DE HISTÓRIA [3]; Petrolina, abr./set. 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. *Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915), séc. XIX*. In. **Trajeto**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. nº 6. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993.

Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1902.

RODOLPHO, Theophilo. **Reminiscências** – edição fac-similar. [1 ed. 1927.] Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. SOUSA, José Weyne de Freitas. *Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX*. In: **Trajetos**. Revista do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: nº 7, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana**. São Paulo: Revista USP. junho/agosto 1996.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.